



**TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO RURAL: INVISIBILIDADE, DESIGUALDADES DE
GÊNERO E PREVIDENCIÁRIAS**

**WOMEN'S WORK IN RURAL AREAS: INVISIBILITY, GENDER INEQUALITIES, AND
SOCIAL SECURITY ISSUES**

**EL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LAS ZONAS RURALES: INVISIBILIDAD,
DESIGUALDADES DE GÉNERO Y PROBLEMAS DE SEGURIDAD SOCIAL**



10.56238/2ndCongressSevenMultidisciplinaryStudies-080

Larissa Gonçalves Fratari Moreira

Mestranda em Geografia

Instituição: Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

E-mail: larissa.fratari@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1150-612x>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7667526212702894>

Elicardo Heber de Almeida Batista

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

E-mail: elicardo.batista@uemg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3961-3088>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8783870712473018>

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como a produção científica abordou a invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural, com ênfase nas relações entre trabalho, gênero e acesso à previdência social. A pesquisa, concluída, fundamentou-se em revisão bibliográfica sistemática, contemplando autores como Santos, Lefebvre, Massey, Wanderley, Tuan e Martins. Foram selecionados 22 estudos acadêmicos, entre artigos, teses, dissertações e TCCs, priorizando produções que trataram do reconhecimento institucional das mulheres rurais e de seu direito à aposentadoria. Os materiais foram analisados por meio de fichamento analítico, o que permitiu identificar abordagens teóricas, metodologias e resultados recorrentes. Os resultados evidenciaram que a exclusão previdenciária e a invisibilidade do trabalho das mulheres constituíram fenômenos estruturais, reforçados por práticas patriarcais e pela ausência de políticas sensíveis à realidade feminina no campo. Concluiu-se que os avanços teóricos e o fortalecimento de uma abordagem crítica e feminista foram fundamentais para a compreensão e o reconhecimento efetivo dos direitos das mulheres rurais.

Palavras-chave: Espaço Rural. Trabalho Feminino. Invisibilidade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how scientific production has addressed the invisibility of women's work in rural areas, with an emphasis on the relationships between work, gender, and access to social



security. The completed research was based on a systematic literature review, including authors such as Santos, Lefebvre, Massey, Wanderley, Tuan, and Martins. Twenty-two academic studies were selected, including articles, theses, dissertations, and undergraduate theses, prioritizing productions that addressed the institutional recognition of rural women and their right to retirement. The materials were analyzed using analytical note-taking, which allowed for the identification of recurring theoretical approaches, methodologies, and results. The results showed that exclusion from social security and the invisibility of women's work constituted structural phenomena, reinforced by patriarchal practices and the absence of policies sensitive to the reality of women in rural areas. It was concluded that theoretical advances and the strengthening of a critical and feminist approach were fundamental for the understanding and effective recognition of the rights of rural women.

Keywords: Rural Area. Women's Work. Invisibility.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo la producción científica ha abordado la invisibilidad del trabajo de las mujeres en las zonas rurales, con énfasis en las relaciones entre trabajo, género y acceso a la seguridad social. La investigación se basó en una revisión sistemática de la literatura, que incluyó a autores como Santos, Lefebvre, Massey, Wanderley, Tuan y Martins. Se seleccionaron veintidós estudios académicos, entre artículos, tesis, disertaciones y trabajos de fin de grado, priorizando aquellos que abordaban el reconocimiento institucional de las mujeres rurales y su derecho a la jubilación. Los materiales se analizaron mediante la toma de notas analíticas, lo que permitió identificar enfoques teóricos, metodologías y resultados recurrentes. Los resultados mostraron que la exclusión de la seguridad social y la invisibilidad del trabajo de las mujeres constituían fenómenos estructurales, reforzados por prácticas patriarcales y la ausencia de políticas sensibles a la realidad de las mujeres en las zonas rurales. Se concluyó que los avances teóricos y el fortalecimiento de un enfoque crítico y feminista eran fundamentales para la comprensión y el reconocimiento efectivo de los derechos de las mujeres rurales.

Palabras clave: Zona Rural. Trabajo de Mujeres. Invisibilidad.



1 INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto campo do conhecimento, tem historicamente se dedicado a desvendar as múltiplas dimensões do espaço, superando a visão tradicional que o concebia apenas como cenário estático ou mero suporte das ações humanas. Sob a influência da Geografia Crítica, especialmente a partir dos anos 1970, autores como Lefebvre (1974) e Santos (1996) consolidaram a compreensão do espaço como uma construção histórica, relacional e permeada por relações de poder. Nessa perspectiva, o espaço não é neutro nem dado, mas resultado de disputas, interesses e processos sociais que se expressam tanto no urbano quanto no rural.

No contexto do espaço rural brasileiro, tal abordagem permite evidenciar como práticas patriarcais, capitalistas e institucionais têm, historicamente, produzido desigualdades, exclusões e silenciamentos, sobretudo no que diz respeito ao papel das mulheres. O campo, mais do que um espaço de produção agrícola, é um espaço vivo, atravessado por conflitos de terra, relações de trabalho e formas de organização social que invisibilizam o trabalho feminino e dificultam o acesso das mulheres a direitos básicos, como a aposentadoria rural, conforme demonstram Castilho (2018) e Moreira (2022).

Sob essa perspectiva, a compreensão das relações de trabalho no capitalismo prescinde da interpretação sobre os modos pelos quais os sujeitos são inseridos no mundo laboral, e desde já, cabe destacar que esta inclusão não se dá de maneira homogênea, já que “fatores de gênero, raça/etnia e geração marcam de forma profunda e constante o mundo do trabalho” (CHERON, 2010, p. 241), no espaço rural, essa desigualdade assume contornos próprios, pois, embora as mulheres participem do plantio, da colheita, do cultivo de hortas e quintais, da criação de pequenos animais, do beneficiamento da produção e, muitas vezes, da comercialização em pequena escala, tais atividades nem sempre são reconhecidas como trabalho produtivo, deixando as mulheres em situação de francas desvantagens, especialmente as negras e as que tenham baixo nível de instrução formal.

Como demonstra Paulilo (1987), parte significativa dessas tarefas é socialmente tratada como “ajuda”, e não como trabalho propriamente dito. Essa classificação contribui para deslocar para o campo da naturalização e da gratuidade atividades indispensáveis à manutenção da unidade produtiva familiar, reforçando a separação entre aquilo que é socialmente reconhecido como produtivo e aquilo que é atribuído às mulheres como extensão das obrigações domésticas. Nessa direção, Brumer (2002, 2004, 2012) evidencia que a desvalorização do trabalho feminino compromete o reconhecimento social e econômico da atuação das mulheres no meio rural, enquanto Paula (2019) destaca que essa invisibilização repercute diretamente no acesso a direitos e políticas de proteção social.

No plano previdenciário, essa dinâmica assume especial relevância, embora a legislação brasileira reconheça a figura da segurada especial como trabalhadora do campo, as mulheres ainda enfrentam dificuldades sistemáticas para acessar direitos previdenciários, sobretudo a aposentadoria



por idade rural, diante da ausência de reconhecimento do esforço feminino como trabalho. A exigência de comprovação da atividade rural, associada à baixa titularidade feminina da terra, à informalidade da produção familiar e à concentração de documentos em nome dos homens, faz com que muitas trabalhadoras cheguem ao momento do requerimento previdenciário sem prova material suficiente de um labor efetivamente exercido ao longo da vida.

Apesar de percebermos, ao longo dos últimos anos, a ampliação de oportunidades em diferentes ocupações no mercado de trabalho para as mulheres, tal ampliação não elimina estereótipos de gênero, tampouco se reverte em igualdade, ao ponto de mulheres que exercem ou exerceram atividades rurais durante a trajetória de vida terem o direito de aposentar negado, por não ter o esforço reconhecido como trabalho.

Diante desse contexto, este trabalho realizou uma análise da produção científica voltada ao espaço geográfico, ao espaço rural e à Geografia Feminista, sistematizando os principais estudos sobre a invisibilidade do trabalho feminino e suas implicações para os direitos e a previdência das mulheres no campo. O objetivo deste trabalho foi analisar como a produção científica tem abordado a invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural, com ênfase nas relações entre trabalho, gênero e acesso à previdência social das mulheres do campo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo fundamentado em revisão bibliográfica sistemática, voltada à análise crítica da produção científica sobre espaço geográfico, espaço rural, Geografia Feminista e a invisibilidade do trabalho feminino no campo. Para compreender as transformações epistemológicas do conceito de espaço e suas interfaces com as questões de gênero no meio rural, a revisão amparou-se em autores clássicos e contemporâneos como Milton Santos, Henri Lefebvre, Yi-Fu Tuan, Doreen Massey, Maria Nazareth Wanderley e José de Souza Martins.

A seleção dos 22 trabalhos acadêmicos — entre artigos científicos, teses, dissertações e TCCs publicados em periódicos, repositórios e eventos das áreas de Geografia e Ciências Humanas — seguiu critérios de relevância temática e atualidade, priorizando estudos que tratam da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, reconhecimento institucional e acesso à aposentadoria. Os documentos foram submetidos à técnica de fichamento analítico, identificando abordagens teóricas, métodos utilizados, categorias recorrentes e resultados evidenciados. A análise concentrou-se em como o conceito de espaço é mobilizado nas diferentes produções, articulando gênero, espaço e desigualdades previdenciárias, e possibilitou mapear lacunas, avanços e perspectivas para a consolidação de uma abordagem geográfica crítica e feminista sobre o trabalho das mulheres no campo. Desse modo, o percurso metodológico permitiu não apenas reunir referenciais teóricos e estudos empíricos sobre o



tema, mas também sistematizar interpretações que evidenciam os obstáculos históricos e institucionais ao reconhecimento previdenciário das mulheres rurais.

3 APORTE TEÓRICO

A compreensão do espaço geográfico passou por transformações significativas ao longo da história da Geografia, evoluindo de uma concepção naturalista para uma abordagem crítica e relacional. Na Geografia Clássica, influenciada por autores como Friedrich Ratzel e Vidal de la Blache, o espaço era concebido como um palco físico onde se desenrolavam os fenômenos naturais e humanos, com forte ênfase no determinismo ambiental Abrão (2010).

Com o avanço da Geografia Positivista, especialmente no século XX, o espaço geográfico passou a ser analisado como uma superfície quantificável e mapeável, privilegiando a mensuração dos fenômenos e a elaboração de modelos espaciais Abrão (2010). Essa abordagem, apesar de tecnicamente sofisticada, negligenciava as dimensões sociais, políticas e subjetivas da produção do espaço, tratando-o como um dado neutro.

A partir da década de 1970, com a emergência da Geografia Crítica e da influência do pensamento marxista, autores como Henri Lefebvre e Milton Santos passaram a considerar o espaço como um produto das relações sociais. Para Santos (1996), o espaço é o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, sendo produzido por e para a sociedade. Essa mudança de perspectiva permitiu que o espaço fosse entendido como uma construção histórica e ideológica, refletindo relações de poder, dominação e resistência.

No contexto rural, essa concepção crítica revela como o espaço agrário é estruturado a partir de lógicas patriarcais que invisibilizam o trabalho das mulheres. Como discutido por Castilho (2018), a exclusão das mulheres do reconhecimento institucional como trabalhadoras formais é uma manifestação concreta da forma como o espaço é produzido seletivamente, negando-lhes acesso à aposentadoria e outros direitos sociais.

O espaço rural, historicamente associado à produção agrícola e à moradia dispersa, é, na contemporaneidade, compreendido como uma categoria geográfica complexa, marcada pela pluralidade de funções e sujeitos. Segundo Wanderley (2001), o rural não se reduz à atividade agropecuária, mas abrange relações sociais, modos de vida, saberes e resistências que configuram um território vivo e dinâmico. Martins (2009) também ressalta que o espaço rural brasileiro é atravessado por conflitos, desigualdades fundiárias e processos de exclusão que reproduzem hierarquias sociais historicamente construídas. Nessa perspectiva, o espaço rural deve ser entendido como um produto histórico-social, estruturado por relações de poder, onde práticas patriarcais e capitalistas moldam o uso da terra, a divisão do trabalho e o acesso aos direitos.



Paralelamente a essas transformações, o avanço das abordagens humanistas e fenomenológicas nas décadas seguintes, com autores como Yi-Fu Tuan e Edward Relph, trouxe à tona a importância da experiência vivida e do espaço percebido. Para Tuan (1977), o espaço adquire significado por meio das experiências sensoriais, afetivas e práticas dos indivíduos, que o transformam em lugar. Relph (1976), por sua vez, destaca que o apego ao lugar, construído por vínculos simbólicos e cotidianos, é essencial para compreender como os sujeitos se relacionam com o mundo. A partir dessas perspectivas, passa-se a reconhecer que o espaço geográfico não é neutro nem abstrato, mas carregado de significados que emergem das práticas e vivências concretas. Essa inflexão teórica abriu caminhos para leituras que valorizam os cotidianos femininos e as relações simbólicas com o espaço, elementos que posteriormente seriam centrais nas análises da Geografia Feminista.

Nessa direção, a Geografia Feminista, como destaca o artigo publicado na revista Moreira (2022), introduz uma leitura interseccional do espaço rural, considerando gênero, classe e espaço como dimensões indissociáveis da produção espacial. A autora defende que “a organização do espaço agrário brasileiro está marcada por desigualdades estruturais que silenciam a contribuição produtiva e reprodutiva das mulheres” Moreira (2022, p. 4). Nesse sentido, o espaço deixa de ser apenas um meio físico e passa a ser compreendido como condensação das relações sociais de gênero, que se materializam em formas como a exclusão previdenciária e a ausência de titularidade fundiária feminina.

Essa perspectiva é reforçada por autores como Massey (1994), que compreendem o espaço como relacional, múltiplo e constituído por práticas sociais marcadas por hierarquias e desigualdades. Ao analisar o espaço rural sob esse prisma, é possível entender que a invisibilidade do trabalho feminino não é uma falha circunstancial, mas uma condição estrutural da forma como o espaço é produzido e administrado no campo brasileiro.

Dessa forma, adotar uma abordagem crítica do conceito de espaço permite desvelar os mecanismos pelos quais as mulheres rurais são excluídas das políticas públicas, especialmente da previdência social, revelando que o acesso ou a negação de direitos é, também, uma questão de produção do espaço geográfico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica identificou e sistematizou 22 trabalhos acadêmicos, entre teses, monografias, artigos científicos, TCCs e revisões, dedicados à compreensão da invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural e suas implicações na aposentadoria e nos direitos sociais. Esses estudos apresentam abordagens metodológicas diversificadas, que vão desde análises qualitativas a revisões teóricas, abrangendo uma variedade de territórios brasileiros e perspectivas teórico-metodológicas.



Os estudos empíricos — majoritariamente teses e monografias — realizaram entrevistas, mapeamentos espaciais e observações participantes, revelando dados qualitativos e quantitativos sobre a realidade vivida pelas mulheres camponesas. Por exemplo, Castilho (2018) investigou a trajetória de agricultoras no Vale do Ribeira/SP, evidenciando que muitas dessas mulheres não conseguem comprovar formalmente sua atividade produtiva, apesar de décadas de dedicação, por estarem excluídas de cadastros e registros oficiais. Conforme o estudo, “o reconhecimento previdenciário da agricultora é tensionado por uma lógica patriarcal que desconsidera seu trabalho cotidiano como atividade laboral legítima” (Castilho, 2018, p. 101).

De maneira semelhante, no trabalho desenvolvido por Costa (2016), realizado em uma comunidade rural do Maranhão, foram entrevistadas mulheres que, mesmo sendo responsáveis por parte significativa da produção de subsistência e comercialização, não tinham acesso à terra em seus nomes nem registros que lhes permitissem pleitear a aposentadoria rural. Muitas relataram que seus maridos eram os únicos reconhecidos oficialmente como trabalhadores, embora compartilhassem integralmente as responsabilidades produtivas e domésticas.

O estudo de Guedes (2014) demonstrou que o espaço rural ainda se organiza sob lógicas patriarcais e capitalistas, nas quais a divisão sexual do trabalho atribui às mulheres tarefas menos valorizadas economicamente e invisíveis nas estatísticas públicas. Esse modelo acarreta consequências diretas na velhice, quando, após décadas de contribuição invisível, muitas enfrentam dificuldades burocráticas e legais para acessar o direito à aposentadoria.

Em nível mais teórico, os estudos de Francisco (2020) e Moreira (2022), baseados em revisão bibliográfica, contribuíram para a releitura crítica do espaço rural e da Geografia Feminista. Francisco (2020), ao analisar diversas publicações da Geografia Agrária, identificou que o conceito de espaço ainda é, em grande parte, tratado de maneira neutra ou masculina, o que oculta as especificidades de gênero. Moreira (2022), por sua vez, argumenta que o espaço agrário é produto de “relações sociais marcadas pela interseção entre gênero, classe e território”, e que essa estrutura molda tanto o trabalho quanto o não reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e econômicos.

Outros trabalhos, como os de Costa (2016) e Francisco (2020), destacam que as políticas públicas de previdência rural não acompanham a realidade das mulheres, pois exigem formas de comprovação — como notas fiscais, registros de sindicato ou documentos em nome próprio — que muitas não possuem, devido ao caráter familiar, informal e coletivo de sua atuação.

A leitura conjunta desses estudos permite perceber que a invisibilidade do trabalho feminino no campo não decorre apenas da ausência de renda direta ou de remuneração individualizada, mas também da forma como a atividade exercida pelas mulheres é social e institucionalmente classificada. Em muitos casos, aquilo que sustenta a unidade produtiva familiar e garante a reprodução cotidiana da



vida no campo continua sendo compreendido como mera ajuda, colaboração doméstica ou extensão das obrigações femininas, e não como trabalho rural propriamente dito.

Outro aspecto recorrente nos trabalhos analisados é o descompasso entre a experiência concreta das mulheres rurais e os critérios formais de reconhecimento estatal. Embora participem do plantio, da colheita, do cuidado com pequenos animais, do beneficiamento da produção e, muitas vezes, da comercialização, nem sempre essas atividades aparecem em documentos oficiais. A exigência de provas individualizadas, em contextos marcados pela informalidade, pela produção familiar e pela baixa titularidade feminina, contribui para reproduzir indeferimentos e obstáculos administrativos, mesmo quando a trajetória laboral da mulher rural é socialmente conhecida na comunidade.

Também se observa, nos estudos analisados, que a produção acadêmica vem deslocando o debate da mera constatação da desigualdade para a identificação de mecanismos concretos de invisibilização. Não se trata apenas de afirmar que as mulheres rurais trabalham muito e recebem pouco reconhecimento, mas de demonstrar como determinados arranjos familiares, institucionais e jurídicos contribuem para apagar sua condição de trabalhadoras. Essa mudança é importante porque permite compreender que o problema não reside na ausência de participação feminina no trabalho rural, mas na forma como essa participação é registrada, interpretada e validada socialmente.

As pesquisas convergem para mostrar que o espaço rural é constituído por desigualdades profundamente enraizadas, que operam tanto no plano material quanto simbólico. A ausência de titularidade da terra, a dupla ou tripla jornada de trabalho, o silenciamento institucional do trabalho feminino e a dificuldade de acesso à previdência não são fatos isolados, mas expressões de uma estrutura espacial, social e jurídica excludente.

Por outro lado, os estudos também revelam estratégias de resistência e organização. Diversas pesquisas relatam que as mulheres entrevistadas participam de coletivos, associações rurais e movimentos sociais que promovem formação política, orientação jurídica e ações de visibilidade. Essas iniciativas têm possibilitado, mesmo que com limites, avanços na conquista de direitos e no reconhecimento do trabalho feminino no campo.

Tais experiências de resistência demonstram que, apesar dos entraves históricos e institucionais, as mulheres rurais não ocupam posição meramente passiva diante das desigualdades. Ao contrário, constroem formas coletivas de enfrentamento, compartilham saberes, fortalecem redes de apoio e reivindicam reconhecimento social e jurídico. A presença dessas estratégias nos trabalhos analisados também indica que a ampliação do acesso a direitos depende não apenas de mudanças normativas, mas do fortalecimento de espaços de participação, informação e organização política no meio rural.

Para sistematizar as contribuições teóricas e empíricas sobre a invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural, bem como suas implicações para o acesso à aposentadoria, foi elaborado um



quadro que resume os principais trabalhos analisados nesta pesquisa. Contemplando aspectos como o tipo de estudo, métodos utilizados, amostras pesquisadas e os resultados mais relevantes identificados em cada investigação.

Quadro 1 – principais resultados das análises

Autor (Ano)	Tipo de Estudo	Método	Amostra	Principais Resultados
Abrão (2010)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Revisão da evolução do conceito de espaço geográfico; destaque para abordagens críticas e fenomenológicas.
Antunes (1999)	Livro teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Amplia a noção de classe trabalhadora e contribui para compreender a organização do trabalho sob o capitalismo, inclusive no meio rural.
Brumer (2002)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Discute previdência social rural e gênero, evidenciando desigualdades no reconhecimento do trabalho feminino e no acesso a direitos.
Brumer (2004)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Analisa a situação da mulher na agricultura, destacando desigualdades de gênero e desvalorização da participação feminina no trabalho rural.
Brumer; Anjos (2012)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Examina gênero e reprodução social na agricultura familiar, mostrando a centralidade do trabalho das mulheres e sua subvalorização.
Castilho (2018)	Tese	Entrevistas semiestruturadas	Não especificado; casos em SP	Invisibilidade do trabalho feminino; dificuldades de comprovação para aposentadoria; lógica patriarcal.
Cheron (2010)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Evidencia que gênero, raça/etnia e geração marcam de forma desigual a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho.
Costa, Raíssa (2016)	TCC	Entrevistas	5 mulheres no Maranhão	Ausência de titularidade; informalidade impede aposentadoria; papel produtivo invisível.
Guedes (2014)	Tese	Estudo qualitativo, análise social	Não especificado; assentamentos	Divisão sexual do trabalho; invisibilidade econômica; dificuldades na aposentadoria.
Francisco (2020)	Artigo de Revisão	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Espaço rural neutro ou masculino; oculta desigualdades de gênero.
Junqueira; Lima (2008)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Discute políticas públicas para agricultura familiar e aponta desigualdades históricas entre trabalhadores rurais, inclusive de gênero.
Kreter; Bacha (2006)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Avalia a equidade da previdência no meio rural brasileiro, contribuindo para compreender desigualdades no acesso a direitos previdenciários.
Moreira (2022)	Artigo de Revisão Crítica	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Espaço agrário como construção interseccional; desigualdades estruturais de gênero, classe e território.
Lefebvre (1974)	Livro Teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Espaço como produção social, ideológica e material.
Massey (1994)	Livro Teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Espaço relacional, múltiplo e marcado por hierarquias sociais.
Martins (2009)	Livro Teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Espaço rural marcado por conflitos, exclusões e desigualdades históricas.



Autor (Ano)	Tipo de Estudo	Método	Amostra	Principais Resultados
Paula (2019)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Discute a trajetória de luta da mulher rural por reconhecimento e direitos, destacando mobilização política e visibilidade social.
Paulilo (1987)	Artigo Teórico	Revisão bibliográfica	Não aplicável	Problematiza a noção de “trabalho leve”, mostrando como o trabalho feminino rural é desvalorizado e tratado como ajuda.
Relph (1976)	Livro Teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Importância do apego ao lugar e vivência do espaço.
Santos (1996)	Livro Teórico	Fundamentação teórica	Não aplicável	Espaço como conjunto de objetos e ações, produção social da realidade.
Wanderley (2001)	Capítulo de livro	Revisão histórica e teórica	Não aplicável	Espaço rural como território vivo, marcado por modos de vida, saberes e resistências.

Fonte: Org. MOREIRA, L. G. F. 2025

A análise integrada das informações apresentadas no quadro 1 permite perceber a diversidade metodológica e a amplitude temática das pesquisas sobre o tema. Observa-se que os estudos qualitativos, especialmente aqueles que utilizaram entrevistas e análises documentais, fornecem dados fundamentais sobre as condições reais vividas pelas mulheres no meio rural, destacando a exclusão previdenciária e a invisibilidade do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou a complexidade das dinâmicas sociais e espaciais que estruturam o espaço rural brasileiro, demonstrando como a produção científica vem ampliando a compreensão sobre a invisibilidade do trabalho feminino no campo. O percurso metodológico, de natureza bibliográfica, permitiu analisar, sob diferentes enfoques teóricos e empíricos, as múltiplas dimensões das desigualdades de gênero no contexto rural, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento institucional, à luta por direitos e às barreiras historicamente impostas às mulheres do campo.

Ao reunir e confrontar aportes da Geografia Crítica, da Geografia Feminista e das ciências sociais, a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma abordagem sensível às especificidades do trabalho das mulheres rurais, destacando tanto as barreiras enfrentadas quanto as estratégias de resistência e organização protagonizadas por elas. Os resultados apresentados ressaltam a necessidade de políticas públicas e de novas práticas institucionais que reconheçam e valorizem o papel das mulheres no espaço agrário, colaborando para a construção de um campo científico e social mais justo e inclusivo.

Foi possível perceber que as exigências formais de reconhecimento da atividade rural feminina, embora apresentadas institucionalmente como critérios técnicos, nem sempre correspondem às formas concretas de organização da vida e do trabalho no meio rural. Em inúmeros contextos, a produção familiar, o autoconsumo, o trabalho coletivo e a informalidade nas relações produtivas dificultam a



constituição de documentos em nome das mulheres, contribuindo para a permanência de entraves burocráticos e para a negação de direitos. Assim, o não reconhecimento do trabalho feminino no campo não pode ser compreendido como simples falha individual de comprovação, mas como expressão de uma lógica histórica que pouco valorizou a centralidade da atuação das mulheres na reprodução da vida rural.

Outro aspecto relevante diz respeito à contribuição da Geografia para a interpretação desse problema. Ao compreender o espaço rural como produto histórico e social, atravessado por relações de poder, a análise geográfica permite revelar que o acesso desigual a direitos também se manifesta territorialmente. O fato de muitas mulheres não terem terra em seus nomes, a distribuição desigual das tarefas produtivas e reprodutivas e a dificuldade de inserção em espaços formais de representação demonstram que a invisibilização do trabalho feminino está diretamente relacionada à forma como o espaço agrário brasileiro foi estruturado e administrado ao longo do tempo.

As pesquisas analisadas também evidenciaram que, apesar dos inúmeros obstáculos, as mulheres rurais constroem práticas de resistência, mobilização e reivindicação coletiva. A participação em associações, sindicatos, movimentos sociais e redes comunitárias mostra que o reconhecimento de direitos não ocorre apenas por meio da norma jurídica, mas também pela ação política e pela visibilidade social conquistada cotidianamente. Esse dado é particularmente importante porque rompe com visões passivas sobre as mulheres do campo e reafirma sua condição de sujeitas históricas e agentes de transformação.

Por fim, destaca-se que este estudo não esgota a temática, mas reforça a necessidade de aprofundamento de pesquisas que articulem gênero, espaço, feminização do trabalho e políticas públicas, especialmente a partir de recortes regionais, análises empíricas e escuta direta das mulheres rurais. Investigações futuras poderão contribuir para ampliar a compreensão sobre os efeitos contemporâneos das desigualdades que atravessam o meio rural, bem como para subsidiar práticas institucionais mais sensíveis à realidade das trabalhadoras do campo. Espera-se, assim, que esta pesquisa colabore não apenas para o debate acadêmico, mas também para o fortalecimento de perspectivas críticas comprometidas com justiça social, reconhecimento e dignidade para as mulheres que vivem e trabalham no campo.



REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. A. A. A construção do conceito de espaço geográfico e suas implicações para a Geografia. *Sociedade e Território*, v. 22, n. 1, p. 46–64, jan./jun. 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, [S. l.], n. 12, p. 6–17, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1396>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Dossiê as Agricultoras do Sul do Brasil. Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em: 6 jun. 2025

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50–81, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/RjHdp4QzNsZbPT6MqnsGDDt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CASTILHO, A. G. de. “Aposentada sim, mas ainda trabalhadora”: envelhecimento, trabalho e cuidado entre agricultoras familiares no Vale do Ribeira/SP. 2018. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1073452>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CHERON, CIBELE. A Trabalhadora da Região Metropolitana de Porto Alegre: Das Desigualdades às alternativas pela via do empoderamento. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 9, jan./abr. 2010.

COSTA, A. R. da. A invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras na prática cotidiana e os desafios do reconhecimento. 2016. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1840>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FRANCISCO, D. de S. Geografia, gênero e trabalho familiar: uma análise da contribuição das mulheres para a agricultura familiar na região Sul do Brasil. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 21, n. 74, p. 14–27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/56068>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GUEDES, A. G. de. Trabalho, cuidado e aposentadoria entre mulheres agricultoras: envelhecimento em áreas de reforma agrária. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10333>. Acesso em: 25 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 159–176, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2008v29n2p159>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 12 dez.

KRETER, A. C; BACHA, C. J. C. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 44, n. 3, p. 467-502, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032006000300006>. Acesso em 03 de mar. 2025.



LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

MASSEY, D. Space, place and gender. Cambridge: Polity Press, 1994.

MARTINS, J. S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

MOREIRA, A. P. O gênero para a Geografia: por uma ciência feita com mulheres. Revista da ANPEGE, v. 18, n. 36, p. 1–28, 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.13293. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13293>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PAULA, L. A. C. de. As Margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 3, n. 41, p. 100–121, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6657>. Acesso em: 26 abr. 2025.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, 1987. Disponível em: <https://nafa.paginas.ufsc.br/fil/es/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso: 17/12/2024.

RELPH, E. Place and placelessness. London: Pion, 1976.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Y.-F. Space and place: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato no Brasil. In: WANDERLEY, M. N. B. (org.). O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, trabalho e família rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 27–60.